

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3º-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissão](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 5- [ERRATA](#)
-
-

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA EM 16 DE SETEMBRO DE 1994**

Presidência da Deputada Maria Olívia

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:
Homero Duarte - Maria Olívia.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputada Maria Olívia) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental, razão pela qual a Presidência deixa de abrir a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de segunda-feira, dia 19, às 20 horas.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

Às quinze horas do dia cinco de julho de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Wilson Pires e Péricles Ferreira, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Péricles Ferreira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Péricles Ferreira procede à leitura de requerimentos em que pede seja enviado ofício ao Superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais, solicitando o empenho daquele órgão na busca do estabelecimento de negociações com os proprietários das Fazendas Tabocas, no Município de Unaí, e Catoni, no Município de Joaquim Felício; aos Senadores e Deputados Federais por Minas Gerais, para que atuem no sentido de se alterar o montante dos recursos previstos no orçamento da União de 1994 para aquela Superintendência, de modo a assegurar a plena execução do programa de assentamento de trabalhadores rurais do Estado; ao Presidente da CEMIG, a fim de que seja analisada a possibilidade do atendimento de reivindicação da FETAEMG, relativa a trabalhadores rurais sem terra do Município de Santa Vitória; e ao Presidente do INCRA, solicitando a liberação dos recursos necessários ao cumprimento do cronograma de vistoria de imóveis rurais do Estado, estabelecido entre a FETAEMG, a Comissão Pastoral da Terra - CPT - e a Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Em seguida, a Presidência solicita ao relator, Deputado Wilson Pires, que proceda à leitura da Mensagem nº 476-A/94. O Deputado Wilson Pires emite parecer, concluindo pela aprovação da matéria na forma de projeto de resolução que inclui anexo, e solicita sejam convertidos em diligência à RURALMINAS os processos que têm os seguintes beneficiários, com os respectivos códigos de posseiro: Antônio Carlos de Oliveira (137.04.50071.2); herdeiros de Francisco Gomes de Souza (065.16.50452.6); Heli Severino de Souza e irmãos (618.20.50058.7); Mário Jacob Liquer (417.05.50123.1); Oraci Ferraz Lopes (047.04.503095); Rosinéia Maria do Nascimento (453.04.50092.4); Sebastião Barbosa dos Santos (392.04.50409.4); Hélio Gomes Silva e outros (017.09.50571.1); José Rodrigues Maciel (716.19.50133.2); Nagib Vaz Nogueira (453.19.50783.1); Maria Edna Telis Sobral (017.09.50620.6); Rogério de Oliveira Zanardi (045.17.50071.8); Sebastião Augusto Nunes (194.02.50020.1) e Sebastião Ferreira dos Santos (545.18.50424.3). A seguir, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O relator, Deputado Wilson Pires, emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.799/93 no 2º turno. O relator, Deputado Arnaldo Canarinho, emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.892/94 no 2º turno. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os projetos aprovados. O relator, Deputado Péricles Ferreira, emite parecer favorável à aprovação do Requerimento nº 5.373/94. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1994.

Ajalmar Silva, Presidente - Jorge Eduardo - Jaime Martins.

ATA DA 112ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de agosto de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, José Renato (substituindo este ao Deputado Clêuber Carneiro, por indicação da Liderança do BRD), Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Pinheiro que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.078/94, por meio do qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria com a Emenda nº 1. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente suspende a reunião por alguns minutos. Reabertos os trabalhos, encontram-se presentes os Deputados Antônio Júlio, Baldonado Napoleão (substituindo este ao Deputado Antônio Pinheiro, por indicação da Liderança do PSDB), Geraldo Rezende e Ermano Batista. Continuando, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Ermano Batista procede à leitura dos pareceres do Deputado Célio de Oliveira, mediante os quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.276/93, 2.119 e 2.084/94, este último com a

Emenda nº 1. Postos em discussão e votação, são os pareceres aprovados. Com a palavra, o Deputado Baldonado Napoleão procede à leitura dos pareceres do Deputado Antônio Pinheiro, mediante os quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.577, 1.829, 1.830/93, 2.045/94 e 1.840/93, este último com a Emenda nº 1. Postos em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Com a palavra, o Deputado Ermano Batista procede à leitura dos pareceres do Deputado Ivo José, por meio dos quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.721, 1.816, 1.817/93, 1.927, 2.103, 2.104 e 2.106/94. Postos em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Com a palavra, o Deputado Ermano Batista emite parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.102/94. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende procede à leitura dos pareceres do Deputado Clêuber Carneiro, por meio dos quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.091 e 2.118/94. Postos em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende emite pareceres, mediante os quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.098 e 2.115/94. Postos em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1994.

Antônio Júlio, Presidente - Antônio Pinheiro - Geraldo Rezende - Ermano Batista.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 582ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 20/9/94

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.299, que cria assessoria de comunicação social na estrutura das secretarias de Estado e da PMMG e no gabinete do Vice-Governador do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.301, que reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 1º e 2º do art. 31, e pela rejeição do veto ao § 1º do art. 13.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.306, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.329, que estabelece normas gerais de prevenção contra a transmissão do vírus da AIDS em estabelecimentos odontológicos públicos ou privados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.334, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura de Climas Temperado e Tropical e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.335, que obriga o Poder Executivo a oferecer tratamento oftalmológico e otorrinolaringológico gratuito aos alunos carentes das escolas públicas estaduais nos casos que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.336, que estabelece condições para a concessão de licença ambiental para realização de obras de barramento em rios navegáveis. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.337, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.338, que dispõe sobre a pesagem obrigatória de gás liquefeito de petróleo à vista do consumidor. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.340, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal das reclamações contra os fornecedores de produtos e serviços definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 8.078, de 11/9/90. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.341, que dispõe sobre a construção de passarela para pedestre em rodovia estadual. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.352, que dispõe sobre a FAPEMIG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.342, que assegura às entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino estaduais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.343, que torna obrigatória a utilização de papel reciclado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.348, que dispõe sobre a criação de área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Uberabinha e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e 3 a 7, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.074/94, da Comissão de Agropecuária, que aprova alienações de terras devolutas rurais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a tabela de vencimento de cargo de classes de Professor do Quadro de Magistério a que se refere a Lei nº 7.109, de 13/10/77. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.141/94, da Comissão de Agropecuária, que aprova alienações de terras devolutas rurais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.111 e 2.130/94, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.126/94, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.159/94, do Deputado Cossimo Freitas; 2.137/94, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.812/93, do Deputado José Braga; 2.158/94, da Deputada Maria Olívia; 2.150/94, do Deputado Raul Messias; 1.889 e 2.129/94, do Deputado Sebastião Costa.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 20/9/94, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei n°s 12.299, que cria a assessoria de comunicação social na estrutura das secretarias de Estado e da PMMG e no gabinete do Vice-Governador do Estado e dá outras providências; 12.301, que reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências; 12.306, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências; 12.329, que estabelece normas gerais de prevenção contra a transmissão do vírus da AIDS em estabelecimentos odontológicos públicos ou privados; 12.334, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura de Climas Temperado e Tropical e dá outras providências; 12.335, que obriga o Poder Executivo a oferecer tratamento oftalmológico e otorrinolaringológico gratuito aos alunos carentes das escolas públicas estaduais nos casos que especifica; 12.336, que estabelece condições para a concessão de licença ambiental para realização de obras de barramento em rios navegáveis; 12.337, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual; 12.338, que dispõe sobre a pesagem obrigatória de gás liquefeito de petróleo à vista do consumidor; 12.340, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal das reclamações contra os fornecedores de produtos e serviços definidos nos termos do art. 3º da Lei n° 8.078, de 11/9/90; 12.341, que dispõe sobre a construção de passarela para pedestre em rodovia estadual; 12.352, que dispõe sobre a FAPEMIG e dá outras providências, e 12.348, que dispõe sobre a criação de área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Uberabinha e dá outras providências; 12.342, que assegura às entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino estaduais, e 12.343, que torna obrigatória a utilização de papel reciclado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual; dos Projetos de Lei n°s 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a tabela de vencimento de cargo de classes de professor do Quadro do Magistério a que se refere a Lei n° 7.109, de 13/10/77, e 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências, e dos Projetos de Resolução n°s 2.074 e 2.141/94, da Comissão de Agropecuária, que aprovam alienações de terras devolutas rurais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 1994
José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 21/9/94, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei n°s 12.299, que cria assessoria de comunicação social na estrutura das secretarias de Estado e da PMMG e no gabinete do Vice-Governador do Estado e dá outras providências, 12.301, que reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências, 12.306, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências, 12.329, que estabelece normas gerais de prevenção contra a transmissão do vírus da AIDS em estabelecimentos odontológicos públicos ou privados, 12.334, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura de Climas Temperado e Tropical e dá outras providências, 12.335, que obriga o Poder Executivo a oferecer tratamentos oftalmológico e otorrinolaringológico gratuitos aos alunos carentes das escolas públicas estaduais nos casos que especifica, 12.336, que estabelece condições para a concessão de licença ambiental para realização de obras de barramento em rios navegáveis, 12.337, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual, 12.338, que dispõe sobre a pesagem obrigatória de gás liquefeito de petróleo à vista do consumidor, 12.340, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal das reclamações contra os fornecedores de produtos e serviços definidos nos termos do art. 3º da Lei n° 8.078, de 11/9/90, 12.341, que dispõe sobre a construção de passarela para pedestre em rodovia estadual, 12.352, que dispõe sobre a FAPEMIG e dá outras providências, e 12.348, que dispõe sobre a criação de área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Uberabinha e dá outras providências; 12.342, que assegura às entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino estaduais, e 12.343, que torna obrigatória a utilização de papel reciclado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual; dos Projetos de Lei n°s 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a

tabela de vencimento de cargo de classes de professor do Quadro do Magistério a que se refere a Lei n° 7.109, de 13/10/77, e 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências, e dos Projetos de Resolução n°s 2.074 e 2.141/94, da Comissão de Agropecuária, que aprovam alienações de terras devolutas rurais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, § 2º, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 19 horas do dia 22/9/94, destinada a homenagear a memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Amaral, João Marques, José Renato, Jaime Martins, Marcos Helênio e Baldonado Napoleão, membros da supracitada Comissão, para as reuniões extraordinárias a serem realizadas às 15 horas, às 16h30min e às 20h30min do dia 20/9/94, com a finalidade de se apreciarem o parecer sobre o Projeto de Lei n° 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências e as emendas a ele apresentadas.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, o Presidente da Comissão, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVII do art. 122 do Regimento Interno, convoca os Deputados Roberto Amaral, João Marques, José Renato, Jaime Martins, Marcos Helênio e Baldonado Napoleão, membros da referida Comissão, para as reuniões extraordinárias a serem realizadas às 9h30min, às 10 horas, às 15 horas, às 16h30min e às 20h30min do dia 21/9/94, com a finalidade de se apreciarem o parecer sobre o Projeto de Lei n° 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências, e as emendas a ele apresentadas.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 41/94, de Autoria do Deputado Cássimo Freitas, Que Dá Nova Redação ao Inciso II do Art. 31 da Constituição do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tarcísio Henriques, Cássimo Freitas, Geraldo Rezende, Ajalmar Silva, Dílzon Melo, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Péricles Ferreira, Álvaro Antônio, Clêuber Carneiro, Ronaldo Vasconcellos, Antônio Genaro, Wilson Pires e Gilmar Machado, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 20, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 1994.

Maria José Haueisen, Presidente "ad hoc".

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISOS DE LICITAÇÃO

Convites

Conhecidas as propostas e realizado o julgamento, foram consideradas vencedoras as firmas:

Convite n° 216/94

Em 9/9/94 - Use Táxi RMBH Ltda. - Contratação de serviços de táxi para o transporte

de Deputados, autoridades e servidores.

Convite nº 219/94

Em 1º/9/94 - Equiposerv - Equipamentos e Serviços Médico-Odontológicos Ltda. - Aquisição de aparelho para remoção de placas bacterianas e de aparelho de ultra-som para remoção de cálculo dental - R\$1.410,00.

ERRATA

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1993

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 18/9/93, na pág. 36, col. 2, na **1ª Fase da 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)**, sob o subtítulo Requerimentos, na 4ª linha, onde se lê:

"que teria completado 91 anos de idade no dia 12 do corrente.", leia-se:

"no mês do seu aniversário natalício."
